

Brasília-DF, 6 de janeiro de 2012

Entidades dos servidores preparam lançamento da Campanha Salarial 2012

Na próxima terça-feira (10), às 15 horas, entidades que representam o conjunto dos servidores públicos federais se reúnem na sede da Condsef, em Brasília. O objetivo do encontro é debater a situação dos servidores e apontar soluções para enfrentar os principais obstáculos e desafios que a categoria deve encarar este ano.

Além disso, deve ser discutida a melhor data para o lançamento da campanha que certamente deve reunir servidores de todo o Brasil. A expectativa é reforçar a unidade e fortalecer a luta em torno das principais reivindicações.

As entidades filiadas à Condsef e toda base devem estar prontas a participar das atividades de pressão em busca do atendimento de demandas urgentes. O resultado de todos os debates e as ações que farão parte da campanha em defesa dos servidores e serviços públicos pode ser acompanhado na página da Condsef.

Entre as entidades unidas em defesa dos servidores e serviços públicos estão Assibge-SN, Andes-SN, Anffa-Sindical, Asfoc, CUT, Condsef, CNTSS, Confelegis, CSP-Conlutas, Fasubra, Fenale, Fenalegis, Fenasps, Fenajufe, Fenastc, Mosap, Proifes, Sinal, Sinait, Sintracen, Sinasefe, Sindilegis, Sindifisco Nacional, Sindireceita, Sinasempu e Unacom-Sindical.

Juntas, estas entidades também devem levantar as principais bandeiras de luta que vão fazer parte da Campanha Salarial Unificada 2012.

**Fonte:DIAP*

SRH/MP inscreve entidades sindicais para oficina sobre insalubridade

A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (SRH/MP) abriu inscrições para a Oficina sobre Insalubridade e a Política de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho do Servidor – Princípios, Conceitos e Legislação, que será realizada no próximo dia 19. O público-alvo são entidades sindicais representantes dos servidores públicos federais.

O limite é de 200 vagas e as inscrições devem ser feitas por meio de formulário, que está disponível no Portal Siass (www2.siapenet.gov.br/saude) no link "Documentos". Também pode ser solicitado pelo email cgnes.srh@planejamento.gov.br. O prazo vai até o próximo dia 13, sexta-feira. A oficina será realizada no auditório do Edifício Previdência Social (Setor de Autarquias Sul – Quadra 2, Bloco O, 1º andar).

Esta é a primeira das oficinas temáticas de relações do trabalho na Administração Pública Federal, resultado de metodologia acordada na Mesa Nacional de Negociação Permanente, para o aprofundamento do debate das reivindicações relacionadas ao meio ambiente do trabalho e à saúde do servidor.

Participarão como palestrantes a secretária-adjunta de Recursos Humanos do MP, Marcela Tapajós; o diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho do

Ministério do Trabalho e Emprego, Rinaldo Marinho Costa Lima; o diretor do Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor da SRH/MP, Sérgio Carneiro; e representantes das entidades sindicais.

**Fonte: Ministério do Planejamento*

Os banqueiros são os ditadores do ocidente

Escrevendo na região que produz mais clichês por metro quadrado que qualquer outra 'história' - o Oriente Médio - eu deveria talvez fazer uma pausa antes de dizer que nunca li tanto lixo, tanta porcaria como tenho lido a respeito da crise financeira mundial.

Mas não vou me conter. Parece-me que o jornalismo sobre este colapso do capitalismo chegou a um novo subsolo que nem mesmo o Oriente Médio é capaz de alcançar, em termos de obediência intocada e completa às próprias instituições e "especialistas" de Harvard que ajudaram a provocar o desastre criminoso.

Começamos com a "Primavera Árabe" - já em si mesmo um nome que é uma grotesca distorção verbal do grande despertar árabe/muçulmano que está sacudindo o Oriente Médio-e com os paralelos falaciosos com os protestos sociais nas capitais ocidentais. Fomos inundados com jornalismo que afirma que os pobres ou os desfavorecidos no Ocidente tiraram uma "página" do livro da "primavera árabe", que os manifestantes nos EUA, Canadá, Grã-Bretanha, Espanha e Grécia foram "inspirados" pelas enormes manifestações que derrubaram os regimes do Egito, da Tunísia e - até certo ponto - da Líbia. Isso é nonsense.

A comparação real, não é preciso nem dizer, escapou aos jornalistas ocidentais, tão prontos a exaltar as rebeliões anti-ditatoriais dos árabes, tão ansiosos para ignorar os protestos contra os governos "democráticos" do Ocidente, tão desesperados para desqualificar essas demonstrações, para sugerir que elas estão apenas adotando a última moda do mundo árabe.

A verdade é um pouco diferente. O que levou os árabes, às dezenas de milhares e depois aos milhões, às ruas das capitais do Oriente Médio foi a exigência de dignidade e a recusa a aceitar que os ditadores locais, de um grupo de famílias, fossem os donos dos países. Os Mubaraks e os Ben Alis e os Gaddafis e os reis e os emires do Golfo (e da Jordânia) e os Assads acreditavam que tinham direitos de propriedade sobre a totalidade de suas nações. O Egito pertencia à Mubarak Inc., a Tunísia à Ben Ali Inc. (e à família Traboulsi), a Líbia à Gaddafi Inc. E assim por diante. Os mártires árabes contra as ditaduras morreram para provar que seus países pertenciam a seus próprios povos.

E esse é o verdadeiro paralelo com o Ocidente. Os movimentos de protesto são, deveras, contra os Grandes Negócios - uma causa perfeitamente justificada - e contra os "governos". O que eles realmente perceberam, ainda que de forma um pouco tardia, é que durante décadas se iludiram com uma democracia fraudulenta: votam civicamente em partidos políticos, que então entregam seus mandatos democráticos e o poder do povo aos bancos, aos seus negociadores derivados e às suas agências de classificação de risco, todos eles sustentados pela corja preguiçosa e desonesta dos "especialistas" dos "think tanks" e das principais universidades estadunidenses, que mantêm a ficção de que esta é uma crise da globalização, e não um massivo engano financeiro imposto aos eleitores.

Os bancos e as agências de classificação de risco se tornaram os ditadores do Ocidente. Como os Mubaraks e os Ben Alis, os bancos acreditaram-e ainda acreditam-que são os donos de seus países. As eleições que lhes conferem o poder se tornaram-pelo conluio e falta de vergonha dos governos-tão falsas como as urnas às quais os árabes eram obrigados a marchar década após década para ungir os seus próprios donos da propriedade nacional.

Goldman Sachs e o Banco Real da Escócia se tornaram os Mubaraks e Ben Alis dos EUA e do Reino Unido, cada um deles engolindo as riquezas de seu povo em recompensas e bônus de araque para seus

padrões viciosos, numa escala infinitamente mais voraz que as gananciosas famílias de ditadores árabes jamais poderiam imaginar.

Eu não precisava do documentário "Inside Job", de Charles Ferguson, na BBC-2, esta semana (apesar de que ele ajudou), para me mostrar que as agências de classificação de risco e os bancos dos EUA são intercambiáveis, de que seu pessoal se move sem sobressaltos entre agência, banco e governo.

Os senhores da classificação (quase sempre senhores, claro) que deram nota AAA aos empréstimos sub-prime e seus derivativos nos EUA estão agora - através de sua influência venenosa nos mercados - cravando suas garras no povo da Europa, ao ameaçar reduzir ou retirar, das nações europeias, a mesma nota que eles haviam concedido a criminosos antes do colapso financeiro nos EUA. Eu sempre acreditei que atenuar é a melhor forma de vencer discussões. Mas, me perdoem, quem são essas criaturas cujas agências de classificação agora dão mais medo nos franceses do que Rommel dava em 1940?

Por que meus colegas jornalistas lá em Wall Street não me ensinam? Como é possível que a BBC e a CNN- e, ó queridos, até a Al Jazeera - tratem essas comunidades de criminosos como instituições inquestionáveis do poder? Por que não há investigações - o "Inside Job" começou a assinalar o caminho - desses escandalosos negociadores duplos?

Isso me lembra a forma igualmente covarde em que tantos jornalistas estadunidenses cobrem o Oriente Médio, evitando, assustados, qualquer crítica direta a Israel, com a cumplicidade de um exército de lobistas pró-Likud, tudo para explicar aos espectadores por que devemos confiar nas "iniciativas de paz" dos EUA no conflito israelo-palestino, por que os bons são os "moderados" e os maus são os "terroristas".

Os árabes pelo menos já começaram a questionar esse nonsense. Mas, quando os manifestantes de Wall Street começam a fazer o mesmo, eles se tornam "anarquistas", os "terroristas" sociais das ruas americanas, que ousam exigir que os Bernankes e os Geithners encarem o mesmo tipo de tribunal que Hosni Mubarak. Nós, no Ocidente - nossos governos - criamos nossos ditadores. Mas, ao contrário dos árabes, não podemos tocá-los.

O Primeiro-Ministro da Irlanda, Enda Kenny, informou solenemente a seu povo, esta semana, que eles não eram os responsáveis pela crise em que se encontravam. Eles já sabiam disso, é claro. O que ele não disse foi quem eram os culpados. Já não é hora de que ele e seus colegas europeus o digam? E nossos jornalistas também?

**Fonte: Robert Fisk, jornalista especializado em Oriente Médio*

Fernando Bezerra usa ministério para prestigiar base eleitoral da família

Petrolina, reduto eleitoral do titular da Integração Nacional, é a cidade que receberá a maior parte das cisternas compradas pela pasta. Projeto de irrigação beneficia empresas ligadas ao ministro

O município de Petrolina (PE), base eleitoral e cidade natal do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, foi escolhido para receber a maior quantidade de cisternas de plástico compradas pelo ministério, dentre as regiões do Nordeste que serão contempladas com os equipamentos.

O edital do pregão que resultou na contratação da empresa que vai fabricar as 60 mil cisternas, a um custo de R\$ 210,6 milhões, é assinado pelo presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Clementino de Souza Coelho, irmão do ministro. A Codevasf é uma estatal vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

Das 60 mil cisternas, 22.799 (38%) precisam ser entregues na unidade da Codevasf em Petrolina, conforme o edital. Das sete cidades nordestinas previstas no programa para a entrega dos equipamentos, Petrolina — onde Fernando Bezerra já foi prefeito por três vezes — é a que receberá a maior quantidade

de cisternas, seguida de Bom Jesus da Lapa e Juazeiro (BA), com 11 mil; Penedo (AL), com 7.429; e Montes Claros (MG), com 7.391

A compra dos equipamentos integra o Plano Brasil sem Miséria, programa que é vitrine do governo da presidente Dilma Rousseff. O Cadastro Único, o mesmo usado para o Bolsa Família, encontrou 738,8 mil famílias em oito estados do Nordeste e em Minas Gerais que precisam de uma cisterna para obtenção da água necessária ao consumo. Conforme a radiografia do cadastro, Pernambuco é apenas o terceiro estado com a maior demanda: 128,6 mil famílias ainda não contam com o equipamento.

A maior necessidade está na Bahia (224,9 mil famílias), seguida do Ceará (185,9 mil). Mesmo assim, Fernando Bezerra e o irmão Clementino privilegiaram Petrolina e região com a destinação de novas cisternas. Clementino é um dos filhos do ministro, o deputado federal Fernando Bezerra Coelho Filho, são pré-candidatos à prefeitura de Petrolina nas eleições deste ano. Enquanto a Bahia, recordista em demandas por cisternas, receberá 11 mil equipamentos de plástico, não há nenhuma previsão de entrega para o Ceará, o segundo estado com maior números de famílias inscritas no Cadastro Único.

A cisterna de plástico que será fornecida pela Dalka do Brasil Ltda., a empresa contratada pela Codevasf, custa duas vezes mais do que as tradicionais cisternas de placa construídas no semiárido nordestino. O custo unitário do equipamento de polietileno é de R\$ 3,5 mil, enquanto uma cisterna tradicional custa R\$ 1,8 mil.

Fábrica

Somados os gastos com transporte, instalação e manutenção, a cisterna de polietileno sairá por R\$ 5 mil. A tradicional tem custo final de R\$ 2.080, segundo a Articulação no Semiárido (ASA), organização responsável pelo programa de construção de um milhão de cisternas na região, financiado basicamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A pasta de Fernando Bezerra foi incluída no Programa Água para Todos, do Brasil sem Miséria, e a opção dele foi substituir parte das cisternas tradicionais por equipamentos de plástico.

Saiba mais...

[*Presidente Dilma volta das férias e se reúne com a ministra Gleisi Hoffmann Presidente Dilma retorna hoje da Bahia e pode antecipar fim das férias Problema com repasses de recursos federais se repetiu em gestões anteriores Sob pressão, ministro Fernando Bezerra diz que Dilma sabia de tudo Empresas em PE são beneficiadas por projetos do Ministério da Integração Ministro da Integração foi deixado sozinho na tarefa de justificar repasses*](#)

No mesmo dia em que a Dalka do Brasil Ltda. foi anunciada como vencedora da licitação, em 25 de outubro de 2011, representantes da empresa estiveram na Prefeitura de Petrolina para discutir a instalação de uma unidade da fábrica na cidade. Os executivos da Dalka ressaltaram que “grande parte do volume de entrega (de cisternas) está num raio de 150km de Petrolina”, como consta em notícia publicada no site da prefeitura. A Dalka do Brasil tem o nome fantasia Acqualimp. É, na verdade, a multinacional mexicana Rotoplas, que atua em 16 países da América Latina.

O grupo está no Brasil há 10 anos e foi contratado pela Codevasf em 28 de novembro do ano passado. As primeiras cisternas de plástico estão instaladas. Se antes a construção das cisternas era decidida pela comunidade, a distribuição dos equipamentos de plástico passou a ser definida pelos titulares da Codevasf e do Ministério da Integração Nacional, que privilegiam a região de Petrolina.

“Grandes grupos acabam sendo favorecidos. É mais uma ação de clientelismo no Nordeste. O acesso à água é um direito da família ou passa a ser mais uma benesse?”, critica a coordenadora executiva da ASA, Cristina Nascimento. O Correio tentou falar com os representantes da multinacional mexicana no Brasil, contratada para a fabricação das cisternas. Na tarde de ontem, ninguém atendeu os telefones na Dalka do Brasil, sediada em Valinhos (SP).

Com o aval da CGU

O edital do pregão para a contratação da empresa fabricante de cisternas de plástico foi submetido à Controladoria-Geral da União (CGU) e, somente depois, aprovado pela diretoria da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). É o que sustenta o Ministério da Integração Nacional em nota da assessoria de imprensa enviada ao Correio.

O edital foi assinado pelo irmão do ministro Fernando Bezerra, porque, na ocasião (setembro de 2011), ele respondia interinamente pela presidência da estatal. Clementino de Souza Coelho é diretor de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura da Codevasf desde 2003, segundo a assessoria. É o presidente em exercício da estatal. “O processo obedeceu a todos os princípios de publicidade, foi amplamente divulgado em conformidade com as determinações legais. Não obstante todas as providências adotadas, apenas uma empresa, a Acqualimp, foi habilitada.”

Conforme o ministério, a distribuição das cisternas é definida pelo comitê gestor do Programa Água Para Todos, formado por diferentes pastas, entre elas a de Integração Nacional. O Cadastro Único indica onde estão as principais demandas. “A demanda de Petrolina que será atendida é de 2.658 cisternas. A decisão de situá-las em Penedo (AL), Montes Claros (MG), Teresina (PI) e Petrolina (PE) se deve ao fato de serem os municípios onde se localizam as sedes regionais da Codevasf.”

O pregão foi aberto à participação internacional “tendo em vista o reduzido número de empresas aptas a produzir este equipamento no Brasil”, cita a assessoria do ministério. A opção por cisternas de plástico é para que o governo cumpra a meta de 750 mil equipamentos até 2014, diz a assessoria.

**Fonte: Correio Braziliense*

Ministério da Integração Nacional mantém portas fechadas para prefeituras

A peregrinação que os integrantes da prefeitura de Nova Friburgo (RJ) fizeram ao Ministério da Integração Nacional ao longo do ano passado, reivindicando verbas para a prevenção contra desastres naturais na cidade, põe em xeque a afirmação do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, de que as cidades com áreas de risco não apresentaram projetos pleiteando recursos.

Segundo a subsecretária de Convênios do município, Walesca Ornellas, pelo menos seis projetos de contenção de encostas e muros e drenagens de rios chegaram à pasta comandada por Bezerra sem sucesso na liberação de verbas. “Os projetos nem sequer foram analisados pelos técnicos do ministério. Não tivemos nenhuma resposta”, critica Walesca.

Segundo a subsecretária, duas comitivas da prefeitura de Friburgo foram ao ministério, inclusive para uma reunião com o secretário executivo Alexandre Navarro. Um dos projetos, de R\$ 117 milhões, foi enviado logo após a tragédia que causou a morte de 428 moradores da cidade serrana. Pedia verba para a contenção das principais encostas da cidade e a drenagem de rios.

Sem resposta, o município fez um novo projeto, de R\$ 4,5 milhões, que também não foi analisado. “Geralmente, os técnicos avaliam e pedem algumas modificações para que o dinheiro seja liberado. Mas não recebemos nenhuma resposta do ministério”, explica Walesca. A Secretaria de Projetos Especiais, responsável na cidade pela execução das obras, decidiu, então, enviar projetos menores, com valores abaixo de R\$ 1 milhão, mas também não recebeu uma posição da Integração Nacional.

A Prefeitura de Santos, no litoral paulista, também afirma ter enviado projetos ao ministério. Dos R\$ 580 milhões investidos em prevenção de desastres na cidade, a Integração Nacional colaborou com R\$ 2,5 milhões, em um programa para eliminação de danos causados por incêndios que atingiram a região no ano passado.

Auxílio estadual

Já as secretarias estaduais de Obras evitaram, diferentemente das prefeituras, críticas ao ministério. A Secretaria de Infraestrutura de Alagoas, estado que sofreu com enchentes em 2010, afirmou, em nota, que “o Ministério da Integração Nacional garantiu os recursos necessários”. Em Santa Catarina, estado atingido por cheias em janeiro e em setembro de 2010, o ministério teve uma participação maior nos projetos de assistência e reabilitação das áreas com ocorrência de enchentes.

De acordo com a Secretaria de Defesa Civil do estado, a pasta injetou recursos da ordem de R\$ 109,3 milhões em auxílio à reconstrução, assistência e reabilitação de áreas que foram alagadas durante o período de chuvas. A Secretaria de Obras do Rio de Janeiro afirmou também ter recebido, entre 2010 e 2011, R\$ 472 milhões do ministério.

Procurada pelo Correio, a assessoria de imprensa da pasta disse que não localizou nenhum projeto apresentado por Santos. Em relação à cidade de Nova Friburgo, o pedido foi negado porque “drenagem de rio não se enquadra na categoria de prevenção de enchentes”.

**Fonte: Correio Braziliense*

Mercadante admite assumir Ministério da Educação

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, começa a admitir publicamente a possibilidade de trocar de endereço na Esplanada dos Ministérios e se tornar o novo ministro da Educação, em lugar de Fernando Haddad que deve sair do governo – provavelmente, na segunda quinzena de janeiro (após a conclusão dos primeiros resultados do Sistema de Seleção Unificado – Sisu) – para ser candidato a prefeito de São Paulo.

Mercadante participou hoje (5) do programa de rádio Bom Dia, Ministro, parceria da EBC Serviços com a Secretaria de Comunicação Presidência da República. Ao ser perguntado sobre a eventual ida para o MEC e seus planos para a área, o ministro não afastou a possibilidade. “Eu tenho visto todas essas informações na imprensa, mas vamos aguardar a reforma ministerial. Eu prometo a você que, se isso acontecer, é possível que aconteça, eu estarei aqui à disposição e nós poderemos discutir a pasta da Educação.”

Cauteloso, Mercadante lembrou que a nomeação “só vale depois que estiver no Diário Oficial” e lembrou que “quem indica ministro é a presidenta da República”. Ele fez questão de salientar ainda que quem fala sobre a agenda da Educação é o atual ministro Fernando Haddad. “Eu só falo da minha pasta que é Ciência, Tecnologia e Inovação.”

**Fonte: Agência Brasil*

Dilma cria Big Brother das contas públicas

Até o final deste mês, os ministérios e demais órgãos da administração direta da União terão de se adequar para participar do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC). Será uma espécie de Big Brother das contas públicas que o Tesouro Nacional adotará para monitorar a qualidade dos gastos. Ainda que o governo não trabalhe com uma meta, a mudança visa a reduzir as despesas com a análise de cruzamento de dados e comparações sobre custos similares nas diferentes áreas de atuação da máquina pública.

Por exemplo: há determinadas atividades nas Forças Armadas que existem no Exército, na Aeronáutica e na Marinha e, com a apresentação dos dados num único sistema e com a mesma metodologia, será possível identificar discrepâncias. O mesmo poderá ser feito, no futuro, com universidades e hospitais federais. “Nessa análise, vamos identificar onde os custos estão altos e vamos fazer a gestão dos custos

para otimizar a utilização do recurso público”, explicou o subsecretário de contabilidade pública do Tesouro, Gilvan Dantas.

O sistema não gerará informações novas. Apenas aglutinará em um só local os dados do Executivo e das demais esferas administrativas: o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) e o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (Sigplan).

O subsecretário não quis comentar o caso específico da denúncia feita pelo Estado de que 90% das verbas antienchentes do Ministério da Integração Nacional foram aplicadas em Pernambuco, Estado do ministro Fernando Bezerra (PSB). “Esse tipo de informação já está disponível hoje. Se for feita consulta da execução orçamentária se vê a situação, mas seria preciso ter uma pessoa mais debruçada sobre essa análise, que é o que pretendemos com a mudança”, disse.

**Fonte: Agência Estado*

Deputado quer “lei da mordaza” em período eleitoral

Um projeto de lei que pode ser votado pela Câmara dos Deputados ainda este ano impede a divulgação de investigações de crimes cometidos por candidatos no período eleitoral. O texto, proposto pelo deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), especifica que a restrição é relativa a crimes culposos – cometidos sem intenção – ocorridos nos quatro meses da campanha eleitoral.

O PL 2.301/11 determina a proibição de divulgação ou publicação de qualquer “sindicância, procedimento investigatório, inquérito ou processo, ou qualquer ocorrência de natureza penal” relativos a ilícitos cometidos por candidatos durante o período da campanha.

A proposta de “mordaza eleitoral” foi divulgada pelo PSDB, partido do deputado, no informe que destaca as iniciativas de parlamentares da bancada no Congresso. De acordo com o projeto, quem descumprir a determinação estará sujeito a pena de prisão por três a oito anos, além do pagamento de multa de R\$ 2 mil a R\$ 15 mil.

Caso a divulgação seja feita por funcionário público, o texto prevê que ele fique suspenso de 30 a 60 dias ou ainda suspensão de 90 dias. Em caso de reincidência, o responsável pode ser punido com demissão. Bonifácio de Andrada admite que, do jeito que foi apresentado, o projeto “dá impressão de mordaza”. No entanto, segundo garantiu ao Estado, ele pretende fazer alterações no texto antes de sua tramitação.

O projeto de lei está, no momento, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara e foi encaminhado para ser relatado pelo deputado Jutahy Júnior (PSDB-BA). Este, no entanto, devolveu o projeto sem se manifestar, no fim de novembro.

“Não tenho objetivo de amordaçar nada. Queremos impedir que nos quatro meses da campanha um adversário invente alguma coisa para acusar um candidato. É para evitar a utilização de um fato que não é grave, sem intenção de fazer mal. Quando tiver dolo (intenção), não tem conversa”, justificou o deputado mineiro.

**Fonte: ESTADAO.COM*

Coalizão e federalismo explicam uso político do dinheiro público

Sistema político brasileiro e a falta de regras técnicas levam a escândalos como o que privilegiou Pernambuco na destinação de verbas contra desastres naturais

A falta de regras claras para os repasses de verbas, o sistema político de coalizão montado pelo governo Dilma Rousseff e os interesses políticos dos ministros são vistos como os principais ingredientes do escândalo envolvendo o ministro Fernando Bezerra (PSB), da Integração Nacional. A pasta repassou 90%

da verba nacional do programa antidesastres naturais para Pernambuco, estado do ministro. Levantamento da ONG Contas Abertas mostra que dos R\$ 29 milhões liberados para o programa no ano passado, R\$ 25,5 milhões foram destinados ao estado de Bezerra.

O ministro negou que tenha privilegiado seu estado, pois em 2010 Pernambuco foi fortemente atingido por cheias que devastaram várias cidades. Mas essa não é a primeira vez que a pasta está envolvida num caso como esse. O ex-ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima (PMDB) foi acusado em 2010 de favorecer a Bahia na liberação de repasses. Entre 2008 e 2009, o ministério repassou cerca de 65% de todos os recursos para municípios do estado de Geddel.

Mais recentemente, o Ministério do Turismo também teve um caso semelhante. Em agosto do ano passado, o Maranhão era o líder em novos contratos com o ministério. Na época, o então titular da pasta era o maranhense Pedro Novais (PMDB).

“O que mais motiva esse tipo de ação [a destinação política de verbas] é que o cargo de ministro, que deveria ser técnico, é ocupado por políticos. Desse modo, as políticas adotadas passam a ser partidárias e não públicas”, observa o cientista político Malcon Camargos, da PUC de Minas Gerais.

A professora de Ciência Política Maria do Socorro Braga, da Universidade Federal de São Carlos, destaca ainda que os interesses político-eleitorais dos ministros estão concentrados nos seus estados, sintoma do forte sistema federalista brasileiro, o que motiva ainda mais a política de repasses localizados. “Onde o ministro se elegerá como senador, deputado ou governador? Na sua unidade da federação. Então, isso pesa bastante na liberação de verba. Porque ele sabe que a sua trajetória dentro do Ministério, o que conseguiu para o estado, contará na hora da eleição”, diz Maria do Socorro.

Um dos sintomas dessa distribuição é a perpetuação de determinados grupos políticos no poder em seus estados, o que é criticado pelo diretor da ONG Contas Abertas, Gil Castelo Branco. “Dessa forma, partidarizada e politizada, a distribuição de recursos acaba deturpando a própria representação partidária”, afirma ele.

Coalizão

Para Malcon Camargos, a prática adotada pelo ministro Fernando Bezerra também é um “sintoma da grande coalizão partidária necessária para o governo ter apoio suficiente no Congresso”. Castelo Branco tem a mesma avaliação. “O ministro se sente devedor do partido ou de quem fez a sua indicação e menos comprometido com o governo como um todo”.

Camargos afirma que a situação dificilmente mudará porque a distribuição de cargos em troca de apoio é a principal lógica da política brasileira. Ele ressalta, porém, a necessidade de ser dada a maior transparência possível para os atos do governo para que a prática do uso de critérios políticos na destinação de verbas fique cada vez mais rara.

Critérios claros

Já Castelo Branco acredita que é possível mudar. Ele defende a adoção de critérios técnicos claros para os repasses voluntários, os quais deveriam ser definidos já na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). “Para cada ação ou programa do governo, deveriam ser estabelecidos critérios técnicos para os repasses. A mudança já começaria pela LDO, que deveria definir isso.”

Ministérios de ‘2.ª classe’ são mais suscetíveis

Clientelismo, personalismo e falta de uma estrutura mais técnica e sólida. Essas são outras causas da distribuição desequilibrada das verbas do Ministério da Integração Nacional. De acordo com cientistas políticos, o problema tem origem não só na estrutura política do país, mas também em problemas típicos de ministérios menos fiscalizados – como o da Integração.

“Esse tipo de problema ocorre em ministérios ‘de segunda classe’. Não ocorreria algo assim na Saúde, na Educação, onde a população fiscaliza mais e onde há uma burocracia mais profissionalizada”, afirma Fernando Abrucio, cientista político da Fundação Getulio Vargas de São Paulo. “Nesses casos, a liderança que ocupa o ministério gerencia mais livremente, sem muita fiscalização.”

O cientista político Adriano Codato, da UFPR, discorda da avaliação de que o modelo de governo brasileiro, conhecido como presidencialismo de coalizão, possa ser responsabilizado pelo problema. “O problema não está no fato de o partido ocupar o ministério. Ainda assim, a gestão poderia ser boa. O problema está no personalismo e no clientelismo”, opina o cientista político.

Federalismo

O problema do paroquialismo na distribuição de verbas públicas não acontece só no Brasil. De acordo com Abrucio, isso ocorre mais em países com regime federativo (com estados autônomos e poder descentralizado), como Estados Unidos, México e Argentina. “Nos EUA, por exemplo, é o Legislativo quem faz o orçamento. E existe muito dessas verbas paroquiais, que servem para atender o distrito de cada parlamentar.”

Já nos países europeus, em geral, afirma Abrucio, o sistema é diferente. “Na Alemanha, as verbas do governo são distribuídas pela Câmara Alta [equivalente ao Senado brasileiro], o que diminui um pouco esse tipo de protecionismo a uma localidade.”

**Fonte: GAZETA DO POVO – CAROLINE OLINDA, ROGERIO GALINDO)*

O pau de arara da dupla Kassab-Alckmin na Cracolândia

Governo oficializara tortura com repressão na cracolândia

É inacreditável. Em tempos de Tribunal Penal Internacional e de luta sem fronteiras por respeito aos direitos humanos e contra a tortura, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, e o governador do estado paulista, Geraldo Alckmin, adotam, na conhecida Cracolândia, violência contra dependentes de crack. A dupla de governantes acaba de oficializar a tortura.

Na quarta-feira (4), por determinação do prefeito da cidade de São Paulo e do governador do Estado, iniciou-se o denominado “Plano de Ação Integrada Centro Legal”. Esse plano, consoante anunciado, terá duração indeterminada.

O plano, como explicou o coordenador de políticas de drogas da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, Luiz Alberto Chaves de Oliveira, consiste em obrigar os dependentes que vivem na Cracolândia a buscar ajuda, “pela dor e sofrimento” decorrentes da abstinência, junto às autoridades sanitárias ou redes de saúde.

Ao tempo do DOI-CODI, a tortura, como regra mestra, foi largamente empregada. A regra era torturar, física ou psicologicamente, para obter o resultado esperado.

Nos campos nazistas, a fome e o abandono levavam à morte. Auxiliavam na vazão, pois, eram insuficientes em número os fornos crematórios.

A tortura indireta posta em prática pela dupla Kassab-Alckmin tem o mesmo fundamento dos campos de concentração nazista. E a tortura imperava no DOI-CODI, de triste memória.

Em nenhum país civilizado emprega-se essa estratégia desumana a dependentes. Ao contrário, investe-se no convencimento ao tratamento e até nas salas seguras para uso de drogas.

As federações do comércio e da indústria da Alemanha apoiam os programas de narcossalas com 1 milhão de euros. E ninguém esquece a lição do professor Uwe Kemmesies, da Universidade de Frankfurt:

“Podemos reconhecer que a oferta de salas seguras para o consumo de drogas melhorou a expectativa e a qualidade de vida de muitos toxicodependentes que não desejam ou não conseguem abandonar as substâncias”:

<http://maierovitch.blog.terra.com.br/2011/12/12/novo-perfil-no-ministerio-publico-do-tribunal-penal-internacional-nao-agrada-defensores-de-direitos-humanos/>

Desde os anos 90, a cidade convive com a Cracolândia e os governos são incapazes de adotar políticas adequadas. Nem as delegacias especializadas, tipo Denarc (delegacia de narcóticos), nem a polícia militar identificaram, até hoje, a origem do crack que é ofertado. Agora, numa ação policial, busca-se o cerco ao usuário para se chegar ao vendedor da droga. Vendedor que, evidentemente, não é o operador da rede de abastecimento de crack para as cracolândias brasileiras.

Uma questão sócio-sanitária, de saúde pública, não pode mais ser enfrentada com soluções torturantes, como pretendem Alckmin-Kassab.

Pano Rápido. Aguarda-se que a ministra responsável pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário, tome medidas adequadas para suspender as torturas em São Paulo e o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, inicie apurações criminais. E espera-se que a nova procuradora junto ao Tribunal Penal Internacional, Fatou Bensouda, natural de Gâmbia (África Ocidental), levante o que acontece na Cracolândia e enquadre as irresponsabilidades e desumanidades.

**Fonte: TERRA MAGAZINE – SEM FRONTEIRAS - WÁLTER MAIEROVITCH*

Recolhimento retroativo de contribuição para Previdência pode ser facilitado

O recolhimento retroativo de contribuições para a Previdência Social poderá ser facilitado, com a aprovação do PL 2.146/11, do deputado Eudes Xavier (PT-CE). Segundo a proposta, o segurado que tiver parado de contribuir, inclusive por motivo de desemprego, e depois tenha retornado à atividade, com vínculo empregatício, poderá efetuar as contribuições pendentes de forma retroativa, sem necessidade de comprovar a atividade que exercia durante o período de interrupção.

De acordo com a Agência Câmara, a proposta determina que a permissão será válida para contribuições a partir de janeiro de 1979, desde que observados os seguintes requisitos e restrições:

- o valor da contribuição será calculado sobre a média das últimas 36 contribuições, corrigidas a partir do último contrato anterior ao afastamento, ou, em caso inferior, sobre a duração total do último contrato anterior;
- o número máximo de contribuições recolhidas em atraso será de 120;
- o recolhimento deverá abranger tanto a contribuição patronal quanto a do trabalhador, bem como as multas e os juros previstos em lei;
- as carências previstas em lei deverão ser respeitadas e não ficará garantida a recuperação da qualidade de segurado;
- o recolhimento só permitirá ao segurado usufruir de aposentadoria por tempo de contribuição, após um período mínimo de 12 meses depois do pagamento retroativo.

Universalidade

Segundo Xavier, o objetivo do projeto é garantir a aplicação do princípio da universalidade na cobertura da Previdência Social.

Com isso, na opinião do deputado, os maiores beneficiários serão os trabalhadores que perderam o emprego nos anos 1980 e 1990, marcados por altas taxas de informalidade, crises econômicas, elevadas rotatividade no mercado de trabalho, planos econômicos mal sucedidos, demissões causadas pelo processo de privatização e pela introdução de novas tecnologias.

O deputado ressalta que, com a reforma previdenciária de 1998, o conceito de contagem de tempo de serviço foi alterado para o tempo de contribuição e houve introdução do requisito da idade mínima. Com isso, o trabalhador passou a ter o direito de contribuir retroativamente, como contribuinte individual e facultativo, mas precisa comprovar a atividade desenvolvida no período em que não contribuiu.

"Ora, se foi abolida a contagem de tempo de serviço, para exigir-se idade mínima e tempo de contribuição, porque então exigir comprovação de tempo de serviço?" questionou o deputado.

**Fonte: INFOMONEY*

Com informações do clipping do Sindprevs/PR

FENASPS